

STJ00112067

Sergio Pinto Martins

TEORIA GERAL DO
PROCESSO

6ª edição

2021

saraiva  *jur*

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA
PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD
ELABORADO POR VAGNER RÓDOLFO DA SILVA - CRB-8/9410**



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista São Paulo SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteadó
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
Edição	Isabella Sánchez de Souza (coord.) Daniel Pavani Naveira
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Carmilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Nicolly Wasconcelos Razuk
Diagramação	Gledson Zifssak – Kalima Editores
Revisão	Denise Dognini... Kalima Editores
Capa	Paulo Caetano
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

M386t Martins, Sergio Pinto

Teoria geral do processo / Sergio Pinto Martins. - 6. ed. -
São Paulo, SP : Saraiva Educação, 2021.
328 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5559-564-2

1. Direito. 2. Processo. 3. Teoria geral. I. Título.

2021-142	CDD 340 CDU 34
	Índice para catálogo sistemático:
1. Direito	340
2. Direito	34

Data de fechamento da edição: 18-2-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607076 CAE 758730

SUMÁRIO

Nota do autor	17
Capítulo 1	
Evolução Histórica.....	19
1 No estrangeiro.....	19
1.1 Direito romano.....	19
1.2 Processo germânico.....	20
1.3 França	21
1.4 Portugal.....	21
2 No Brasil	21
Capítulo 2	
Denominação e Conceito de Direito Processual.....	27
1 Denominação.....	27
2 Conceito.....	27
Capítulo 3	
Autonomia do Direito Processual.....	29
1 Teoria monista	29
2 Teoria dualista.....	29

3	Características da autonomia de uma ciência	30
4	Desenvolvimento legal.....	31
5	Desenvolvimento doutrinário.....	31
6	Desenvolvimento didático.....	31
7	Autonomia jurisdicional.....	32
8	Autonomia científica.....	32

4

	Posição Enciclopédica do Direito Processual.....	33
--	--	----

Capítulo 5

	Relações do Direito Processual com os Demais Ramos do Direito.....	35
--	---	----

1	Direito constitucional.....	35
2	Direito civil.....	35
3	Direito penal.....	36
4	Direito do trabalho.....	36
5	Direito tributário	36

Capítulo 6

	Fontes do Direito Processual.....	37
--	-----------------------------------	----

1	Fontes.....	37
2	Hierarquia.....	40

Capítulo 7

	Aplicação das Normas do Direito Processual.....	43
--	---	----

1	Interpretação.....	43
2	Integração	45
3	Eficácia.....	46
3.1	Eficácia no tempo.....	46
3.2	Eficácia no espaço.....	47

Capítulo 8

	Princípios do Direito Processual.....	49
--	---------------------------------------	----

1	Conceito	49
2	Distinção.....	51
3	Funções dos princípios.....	55
4	Princípios constitucionais e outros.....	57

▪ Sumário

4.1	Devido processo legal	57
4.2	Contraditório e ampla defesa	58
4.3	Juiz imparcial	59
4.4	Acesso à justiça	60
4.5	Direito de petição	61
4.6	Igualdade processual	61
4.7	Publicidade	62
4.8	Motivação das decisões judiciais	63
4.9	Celeridade e razoável duração do processo	63
4.10	Legalidade processual	64
4.11	Licitude da prova	65
4.12	Oralidade	65
4.13	Concentração dos atos na audiência	65
4.14	Lealdade processual	65
4.15	Economia processual	66
4.16	Dispositivo	66
4.17	Cooperação	66

Capítulo 9

	Solução dos Conflitos	67
1	Denominação	67
2	Classificação	68
3	Formas de solução dos conflitos	68
3.1	Autodefesa	68
3.2	Autocomposição	69
3.3	Heterocomposição	70
3.3.1	Mediação	70
3.3.1.1	Mediação extrajudicial	73
3.3.1.2	Mediação judicial	74
3.3.1.3	Confidencialidade e suas exceções	75
3.3.1.4	Pessoa jurídica de direito público	76
3.3.2	Arbitragem	78
3.3.2.1	Histórico	78
3.3.2.2	Denominação	79
3.3.2.3	Conceitos	79
3.3.2.4	Distinção	80
3.3.2.5	Natureza jurídica	81
3.3.2.6	Classificação	82
3.3.2.7	Espécies	82
3.3.2.8	Compromisso	83
3.3.2.9	Admissibilidade	83

3.3.2.10	Vantagens e desvantagens	84
3.3.2.11	Procedimentos.....	86
3.3.2.12	Dificuldades	87
3.3.3	Jurisdição.....	87

Capítulo 10

	Jurisdição	89
1	Etimologia.....	89
2	Conceito	89
3	Distinção.....	89
4	Funções.....	90
5	Elementos.....	90
6	Características	91
7	Princípios.....	93
8	Poderes da jurisdição.....	93
9	Classificação	94
10	Limites	96

Capítulo 11

	Poder Judiciário	97
1	Órgãos não jurisdicionais	99
2	Independência do poder judiciário.....	99
3	Vitaliciedade.....	101
4	Inamovibilidade.....	101
5	Irredutibilidade de subsídios	101
6	Impedimentos	102

Capítulo 12

	Organização Judiciária	103
1	Introdução	103
2	Supremo Tribunal Federal	104
3	Conselho Nacional de Justiça	106
4	Superior Tribunal de Justiça.....	108
5	Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais.....	108
6	Tribunais e Juízes do Trabalho.....	110
7	Tribunais e Juízes Eleitorais	111
8	Tribunais e Juízes Militares.....	113
9	Tribunais e Juízes dos Estados.....	113
10	Carreira da Magistratura	116

▪ Sumário

11	Órgãos auxiliares do Poder Judiciário	120
11.1	Distribuidor	121
11.2	Contadoria	121

Capítulo 13

	Ministério Público	123
1	Denominação	123
2	Evolução	123
3	Princípios	124
4	Divisão	124
5	Ministério Público Estadual	126
6	Impedimentos	130
7	Conselho Nacional do Ministério Público	130

Capítulo 14

	Advogado	133
1	Denominação	133
2	Evolução legislativa	133
3	O advogado	135
4	Direitos do advogado	136
5	Honorários advocatícios	140
6	Incompatibilidades e impedimentos	141
7	OAB	142
8	Defensoria pública	143
9	Advocacia pública	149

Capítulo 15

	Competência	155
1	Etimologia	155
2	Conceito	155
3	Classificação	156
4	Competência interna ou internacional	157
5	Competência absoluta	157
6	Competência relativa	158
7	Competência em razão da matéria	158
7.1	Competência em razão da matéria do STF.....	159
7.2	Competência em razão da matéria do STJ	160
7.3	Competência em razão da matéria dos Tribunais Regionais Federais ...	161
7.4	Competência em razão da matéria da Justiça do Trabalho.....	163

7.5	Competência em razão da matéria da Justiça Estadual.....	164
7.5.1	Acidente do trabalho	164
7.6	Competência da Justiça Militar	166
8	Competência em razão das pessoas	166
8.1	Competência pessoal do STF	166
8.2	Competência pessoal do STJ	166
8.3	Competência pessoal dos juízes federais	167
8.4	Competência pessoal da Justiça do Trabalho	167
8.5	Competência pessoal da Justiça Estadual	168
9	Competência em razão do valor.....	169
10	Competência territorial	169
11	Competência funcional.....	173
12	Perpetuação da jurisdição	173
13	Conflitos de competência	174
14	Regras gerais.....	175
15	Competência por distribuição.....	178

Capítulo 16

	Ação	179
1	Conceitos	179
2	Teorias da ação.....	180
2.1	Imanentista ou clássica	180
2.2	Windscheid-Muther	180
2.3	Direito autônomo.....	181
2.3.1	Ação como direito autônomo e concreto.....	181
2.3.2	Ação como direito autônomo e abstrato.....	182
2.4	Liebman	183
3	Natureza jurídica da ação.....	183
4	Elementos da ação	184
5	Classificação das ações individuais.....	185
6	Classificação das ações coletivas.....	187
7	Condições da ação	188

Capítulo 17

	Processo	191
1	Conceitos	191
2	Espécies	192
3	Natureza jurídica do processo	192
3.1	Direito romano.....	192
3.2	Processo como quase-contrato.....	193
3.3	Processo como relação jurídica.....	193
3.4	Processo como situação jurídica	194
3.5	Processo como instituição	194

▪ Sumário

3.6	Conclusão	195
4	Relação jurídica processual	196
5	Sujeitos do processo	197
5.1	Litisconsórcio	198
5.2	Intervenção de terceiros	199
6	Pressupostos da existência do processo	200
7	Pressupostos de validade do processo	201
8	Procedimento	202

Capítulo 18**Atos, Termos e Prazos Processuais..... 205**

1	Atos	205
2	Termo	207
3	Prazos processuais	207
3.1	Contagem do prazo	209
3.2	Exceções à regra	210
4	Comunicação dos atos processuais	212
4.1	Formas	213
4.1.1	Citação dependente de ato do juiz	218
4.1.2	Comunicação processual por carta	218
4.1.3	Nulidade da citação	221
4.2	Demais notificações	221

Capítulo 19**Nulidades..... 223**

1	Introdução	223
2	Conceito	224
3	Distinção	224
4	Sistema de nulidades	224
5	Vícios	225
5.1	Inexistência	225
5.2	Nulidade absoluta	226
5.3	Nulidade relativa	226
5.4	Anulabilidade	227
5.5	Irregularidades	228
6	Princípios das nulidades	228
6.1	Legalidade	228
6.2	Instrumentalidade das formas ou da finalidade	228
6.3	Economia processual	229
6.4	Aproveitamento da parte válida do ato	229
6.5	Interesse de agir	229
6.6	Causalidade	230
6.7	Lealdade processual	230

6.8	Repressão ao dolo processual	230
6.9	Princípio da conversão	231
6.10	Princípio da transcendência ou do prejuízo	231
6.11	Convalidação	231
7	Preclusão	231
7.1	Diferenças	232
7.2	Classificação da preclusão	232
7.2.1	Preclusão temporal	233
7.2.2	Preclusão lógica	233
7.2.3	Preclusão consumativa	234
8	Perempção	234

Capítulo 20

	Petição Inicial	235
1	Forma	235
2	Autoridade competente	235
3	Requisitos	236
4	Valor da causa	239
5	Outros requisitos	241
6	Documentos	242
7	Indeferimento da petição inicial	242
8	Inépcia da inicial	243
9	Modificações à postulação inicial	244

Capítulo 21

	Contestação	245
1	Denominação	245
2	Contestação	246
2.1	Preliminares	247
2.1.1	Inexistência ou nulidade de citação	248
2.1.2	Incorreção do valor da causa	248
2.1.3	Inépcia da petição inicial	248
2.1.4	Litispendência	249
2.1.5	Coisa julgada	250
2.1.6	Conexão e continência	250
2.1.7	Ausência de legitimidade ou de interesse processual	251
2.1.8	Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização	252
2.2	Preliminares de mérito	253
2.2.1	Prescrição	253
2.2.2	Decadência	257
2.3	Defesa de mérito	258

▪ Sumário

Capítulo 22

	Prova.....	261
1	Histórico	261
2	Etimologia.....	261
3	Conceito	261
4	Princípios	262
5	Objetivo da prova	263
6	Ônus da prova.....	264
7	Valoração da prova	269
8	Meios de prova.....	269

Capítulo 23

	Sentença	271
1	Definições.....	271
2	Natureza jurídica	272
3	Função da sentença	273
4	Classificação das sentenças.....	273
5	Efeitos da sentença.....	275
6	Identidade física do juiz.....	276

Capítulo 24

	Recursos	279
1	Histórico	279
2	Conceito	280
3	Natureza jurídica.....	280
4	Fundamentos.....	280
5	Classificação	281
6	Duplo grau de jurisdição.....	282
7	Princípios dos recursos.....	283
	7.1 Vigência imediata da lei nova.....	283
	7.2 Unirrecorribilidade.....	284
	7.3 Fungibilidade.....	284
	7.4 Variabilidade.....	285
	7.5 Legalidade.....	285
8	Peculiaridades	285
	8.1 Efeito devolutivo.....	285
	8.2 Uniformidade de prazos para recurso.....	285
9	Júzo de admissibilidade.....	286
10	Efeitos dos recursos.....	287
11	Regras gerais	287
12	Pressupostos dos recursos.....	288

12.1	Objetivos.....	289
12.1.1	Previsão legal	289
12.1.2	Adequação ou cabimento	289
12.1.3	Tempestividade	289
12.1.4	Preparo.....	289
12.1.5	Representação.....	290
12.2	Subjetivos.....	290
12.2.1	Legitimidade	290
12.2.2	Capacidade.....	291
12.2.3	Interesse	291
13	Proibição de <i>reformatio in peius</i>	292

Capítulo 25

	Coisa Julgada	293
1	Histórico	293
2	Etimologia.....	294
3	Fundamentos da coisa julgada.....	294
4	Classificação.....	296
5	Limites da coisa julgada.....	298
5.1	Objetivos.....	298
5.2	Subjetivos.....	299
6	Coisa julgada e declaratória incidente.....	300
7	Coisa julgada criminal e cível.....	301

Capítulo 26

	Execução	303
1	Histórico	303
2	Conceito	306
3	Princípios	306
4	Características	306
5	Pressupostos.....	307
6	Título executivo.....	307

	Bibliografia	309
	Índice remissivo	321